

CNDH aprova nota contra decreto que extingue conselhos

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH aprovou hoje (08) durante a 47ª Reunião Plenária, Nota Pública contra o decreto nº 9.759/2019, que extingue conselhos, comitês, comissões do Executivo Federal.

Embora o CNDH não seja diretamente impactado pelo novo normativo, pois foi criado por lei, o colegiado considera a medida um grave retrocesso nos processos de democratização do Estado, de controle social, participação pública e garantia da participação direta da cidadania no governo do país.

“O Brasil necessita de instituições de alcance nacional, com mandato claro e independente, com representatividade social, autonomia e condições para atuar nos casos de violações de todos os direitos humanos”, informa a nota.

O CNDH afirmou ainda que irá recomendar aos Ministérios do Poder Executivo Federal a recriação de todos os colegiados relacionados à promoção e à defesa dos direitos humanos, e a alteração dos termos e condições impostos pelo decreto que inviabilizem a efetiva participação social.

No âmbito dos direitos humanos, foram atingidos colegiados que tratam da promoção e defesa de direitos da mulher, das crianças e dos adolescentes, da pessoa idosa, da população LGBT, da pessoa com deficiência, dos povos indígenas, da população em situação de rua, dos mortos e desaparecidos pela Ditadura Militar, dos atingidos por barragens, dos sem-terra e sem teto, dos aposentados, dos trabalhadores/as; promovem a educação em direitos humanos, o respeito à diversidade religiosa, a igualdade racial, a economia solidária; e combatem o trabalho escravo e a tortura no Brasil, entre tantos importantes temas.

Atuação do CNDH

Desde a publicação do decreto nº 9.759, em 11 de abril deste ano, o CNDH tem realizado articulações e manifestações públicas contra a extinção de colegiados. No dia 24 de abril, a Mesa Diretora do conselho aprovou a Nota Pública – ratificada hoje pelo Plenário - em defesa da permanência e do funcionamento dos colegiados.

No mesmo dia, o CNDH abriu Consulta Pública para subsidiar ações visando à defesa, à permanência e à recriação desses espaços de participação social. No mesmo dia, os integrantes da Mesa Diretora levaram sua preocupação à reunião com a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. Na ocasião, a ministra afirmou estar comprometida em defender a manutenção de todos os colegiados ligados ao seu ministério, pois, segundo ela, lidam com vidas e devem ser mantidos.

Nó próximo dia 27 de maio, segunda, o CNDH participa da audiência pública sobre o tema no Senado Federal, às 9h. O debate é organizado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e ocorre no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, do Senado Federal, intitulado “Participação Social e Fortalecimento dos Órgãos Colegiados”.

“Nós do CNDH convidamos a todos e todas que se mobilizem e acompanhem a audiência pública para garantirmos a promoção e a defesa dos direitos humanos, o controle social e os direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos ou sociais previstos na Constituição Federal e nos tratados internacionais celebrados pelo Brasil”, afirmou o presidente do conselho, Leonardo Pinho.

Leia a Nota na íntegra: <https://bit.ly/2ZwTG6Z>

Assessoria de Comunicação do CNDH

+55 61 2027-3348 / cndh@mdh.gov.br

Facebook: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

Twitter: <https://twitter.com/conselhodh>